

<i>Local</i>	<i>Data</i>	<i>Início</i>	<i>Término</i>
Prédio 6 - sala do CONSEMA	06.02.06	10:00 h	17:30 h

Assunto

Reunião Setorial Presencial do Sub GT I - Nivelamento de conhecimentos por meio de apresentação e Discussão de informações técnicas e legislação sobre às águas subterrâneas.

No dia 06 de fevereiro de 2006 foi realizada uma reunião setorial presencial na sala do CONSEMA em São Paulo com o objetivo de efetuar o nivelamento de conhecimentos dos participantes, com a apresentação e discussão de informações técnicas e legislação incidente às águas subterrâneas, de forma a facilitar as futuras apresentações de propostas que deverão ocorrer na reunião do SubGT do dia 15 de fevereiro de 2006.

Inicialmente o Dr Chang Hung Kiang da UNESP/Rio Claro apresentou a palestra denominada “**Noções básicas sobre hidrogeologia**”, ressaltando que constituem parâmetros fundamentais para a classificação das águas subterrâneas a condutividade hidráulica, a espessura saturada e as dimensões da unidade portadora de águas subterrânea (UPAS). Em seguida a Dra Gisela Umbuzeiro - Cetesb e FCF/USP - apresentou palestra denominada “**Metodologia para derivação de critérios de qualidade de águas por tipos de uso da água subterrânea**”, ressaltando os usos consumo humano, irrigação, dessedentação de animais e recreação, fundamentada a partir de dados toxicológicos para compostos e substâncias cancerígenas e não cancerígenas. Em razão do adiantado da hora, a apresentação da Dra Dorothy Casarini – Cetesb e IGc/USP - foi postergada para o período da tarde, ocasião em que apresentou palestra denominada “**Legislação sobre recursos hídricos e meio ambiente para subsidiar a elaboração da resolução da classificação e diretrizes ambientais para o enquadramento de águas subterrâneas**”, considerando aspectos abordados na Política Nacional de Meio Ambiente (Lei 6938/81) e na Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9433/97) e interfaces com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação bem como do Estatuto da Cidade e Legislação sobre o parcelamento do solo urbano.

Em seguida, os participantes da reunião externaram seus comentários, dúvidas, e proposições, sendo que Sr. Souza Simanke da Sabesp/CTAS/CNRH, comentou sobre a importância de um sistema de classes para posteriormente efetuar-se o enquadramento das águas, ressaltando ainda que essa ação é necessária, não importando se a atribuição é do CONAMA ou do CNRH, destacando a importância de uma visão holística. Disse também que, apesar da heterogeneidade dos aquíferos, deve existir um sistema de classes, com dados médios sobre os aquíferos existentes em cada área a ser classificada; a Sra. Elzira Déada Cetesb/ESSS comentou que é necessário a classificação para prevenção e controle da poluição das águas subterrâneas; o Sr. Claudio Dias Cetesb/ESSS entende que o objetivo da classificação é a proteção das águas subterrâneas e que as classes devem ser idealizadas para esta finalidade, resultando em controles específicos do uso e ocupação dos solo; o Sr Elton Cetesb/Dir. de Controle, ressaltou a necessidade da definição, na prática, do tamanho das unidades de portadoras de água subterrâneas; o Sr Alexandre CSN, esclareceu que entende que os topos de morro são condição para definição das unidades de portadoras de água subterrâneas, como nas bacias hidrográficas superficiais e que devem ser utilizados parâmetros adicionais ao TDS, como a condutividade elétrica e salinidade; o Prof. Chang UNESP ressaltou que devem ser classificados os corpos d'água subterrâneos em função da qualidade resultante da interação água e dissolução das rocha e quantidade (potencialidade), abrangendo toda a coluna estatigráfica e não apenas o aquífero freático, sendo que os critérios de vulnerabilidade poderão ser utilizados no momento do enquadramento; A Sra. Lina Cetesb/PJE esclareceu que vai estudar as atribuições do CONAMA em relação às atribuições normativas de usos e ocupação do solo das unidades da federação, entendendo ainda fundamental a participação de representantes

de CBHs, bem como avaliar a Resolução CONAMA 357/05; o Sr Flavio Unesp, informou que entende importante que os trabalhos avaliem aspectos de qualidade e quantidade e poço. O Sr Everton IGc/USP esclareceu que as águas naturais subterrâneas são diferentes em Eh (são reduzidos) e pH das águas superficiais, e que a classificação deve abranger a sub bacia, com aquífero livre e o confinado. Além disso, utilizando como área de classificação a subbacia Hidrográfica, é possível correlacionar a classificação das águas subterrâneas com a das águas superficiais; o Sr André Petrobrás, entende que os trabalhos estão sendo encaminhados de maneira correta e que as classes devem ter critérios simples. Disse também que o grupo da Petrobrás ainda não tem uma proposta amadurecida; a Sra. Mara Gaeta Cetesb/ESSS entende importante considerar também o aquífero confinado; a Sra. Ingrid sugeriu a participação de representantes de outros Estados. Foi esclarecido que isto é contemplado nas reuniões ordinárias do GT; a Sra. Fátima Cenpes/Petrobrás, entende que a classificação é uma boa iniciativa, mas devem ser considerados os diferentes aspectos regionais considerando a viabilidade econômica. Esclareceu ainda que a prospeção de petróleo da Petrobras tem interface acentuada com as águas subterrâneas principalmente na região nordeste do país, e como tal devem ser consideradas peculiaridades das diferentes regiões; O Sr. Edweis Petrobrás disse que para fazer o enquadramento é preciso conhecer as condições hidrogeológicas de todo o país; o Sr Germano UFRN entende pertinente que a resolução estabeleça diretrizes de construção e execução de poços para coleta de águas destinadas a sua classificação assim como outras normas que se referem a procedimentos de coleta de amostras, métodos analíticos etc. e quanto aos dados toxicológicos entende que será difícil não adotar limites já estabelecidos internacionalmente mas deve haver critérios para a adoção destes limites; o Sr Fabiano Cetesb/ESSS, entende que a resolução deve estabelecer nas diretrizes ambientais para o enquadramento a definição das unidades portadoras de águas subterrâneas, a ser estabelecida pelos CBHs, e não os tamanhos dessas unidades de acordo com o planejamento local, regional e nacional; a Sra. Luciana IG/SMA, informou que possui muitas dúvidas sobre a classificação das águas subterrâneas entretanto considera que essas dúvidas motivam o desenvolvimento dos trabalhos; a Sra. Mara Iritani IG/SMA, entende pertinente considerar aspectos de qualidade e produtividade potencial das águas subterrâneas sem dissociação dos aquíferos livre e confinado, ressaltando ainda que é necessário que os Planos de Bacia incluam o monitoramento para que se obtenha dados e informações sobre as características hidrogeológicas, e finalmente a Sra. Neide esclareceu que devem ser estabelecidos parâmetros de classificação de acordo com a qualidade natural das águas subterrâneas e não da condição atual.

Encerrados os comentários e sugestões, a Dra. Gisela Cetesb/EAM informou que os arquivos digitais das palestras apresentadas serão encaminhadas ao GT CONAMA, para posterior disponibilizarão no sítio desse Conselho, e encerrou a reunião agradecendo a presença de todos e solicitando que os participantes devem enviar propostas por escrito ao relator do subGT.

Anexos: Apresentações realizadas durante a reunião

Lista de Presença

Dra. Gisela de Aragão Umbuzeiro

Representante da ABEMA

Dra. Dorothy C. P. Cassarini

Coordenação do GT/CONAMA sobre Classificação e Diretrizes Ambientais para o Enquadramento das Águas Subterrâneas.